AS CONTRIBUIÇÕES DA AFETIVIDADE DURANTE O PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

REGIANE BIANDI MORO

RESUMO

Esse artigo procura abordar reflexões a respeito da importância da afetividade para o processo ensino aprendizagem. A psicologia do desenvolvimento infantil afirma que o aprendizado de habilidades sociais começa nas primeiras interações entre o bebê e seus cuidadores. O tema da convivência escolar ganhou visibilidade muito significativa e se tornou um tema prioritário na agenda da política educacional. Da mesma forma, verifica-se que existe um grupo importante de alunos insatisfeitos com o clima escolar e com as formas de atuação dos professores e que existe um baixo nível de diálogo entre as instituições de ensino e as famílias. As reações emocionais características e certas qualidades de temperamento são exemplos de processos psicológicos afetivos. Os processos afetivos incluem todos os sentimentos e respostas, positivas ou negativas, relacionadas a comportamentos, conhecimentos ou crenças carregadas de emoção. O afeto pode alterar as percepções das situações, bem como os resultados do esforço cognitivo; também pode alimentar, bloquear ou encerrar a cognição e o comportamento.

Palavras-chave: Convivência Escolar. Famílias. Processos Afetivos

INTRODUÇÃO

A aprendizagem social e emocional é o processo por meio do qual crianças e adultos adquirem e aplicam efetivamente os conhecimentos, atitudes e habilidades necessárias para compreender e gerenciar emoções, definir e alcançar objetivos positivos, sentir e demonstrar empatia pelos outros, estabelecer e manter relacionamentos positivos e responsabilizar decisões.

Habilidades socioemocionais são essenciais para ser um bom aluno, cidadão e trabalhador. Muitos comportamentos de risco (por exemplo, uso de drogas, violência, bullying e negligência) podem ser evitados ou reduzidos quando esforços integrados de vários anos são usados para desenvolver as habilidades sociais e emocionais dos alunos.

Calcado no pressuposto de que o aprender envolve não só os aspectos cognitivos, mas também os emocionais e os sociais, este estudo foca a compreensão das inter-relações entre o desenvolvimento das habilidades socioemocionais e o processo de ensino e de aprendizagem. Compreender como tais habilidades podem contribuir com a melhoria do desempenho escolar e vida futura dos estudantes permite construir caminhos que promovam o desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação de qualidade. (ABED, 2014, p. 7)

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2015) destaca que o propósito da educação no século 21 é apoiar e aumentar a dignidade, a capacidade e o bem-estar das pessoas e sua relação com os outros e com a natureza. Isso implica levar em consideração uma série de valores na orientação dos conteúdos e procedimentos formativos e curriculares de cada contexto e sistema educacional.

A importância do ensino de habilidades sociais em centros educacionais é explicada por Ríos e Marchena (2017): a convivência escolar tem sofrido uma deterioração progressiva, que está relacionada à deterioração de vários aspectos como objetivos escolares, desempenho acadêmico e desenvolvimento socioemocional. Um indicador disso é o crescente bullying escolar e a tolerância em relação às suas manifestações, com graves consequências para os alunos (p. 302). É preciso reconhecer que um dos aspectos que podem influenciar isso é a implantação de uma metodologia competitiva nas escolas e a pouca atenção ao ensino de habilidades socioemocionais, o que se traduz em problemas como baixa concentração, irritabilidade, conflitos interpessoais, isolamento social e diminuição do desempenho acadêmico.

É importante que a educação socioemocional seja considerada um objetivo educacional formal e que um currículo seja elaborado para que os alunos desenvolvam habilidades cognitivas, emocionais e sociais que podem ajudá-los em sua vida diária e acadêmica. Isso requer o recurso a fundamentos teóricos psicológicos, bem como os resultados de pesquisas empíricas, que fornecem uma base metodológica para a concepção e implementação de tais programas.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE HABILIDADES SOCIAIS, COGNITIVAS E EMOCIONAIS

Durante os anos pré-escolares, o ritmo de aprendizagem da criança em relação ao seu mundo social é acelerado, por meio de um processo de assimilação de normas, regras e costumes que correspondem à sua cultura, o que lhe permite desenvolver uma interpretação do mundo e um conceito sobre si (Piaget et al., 1982).

A perspectiva cognitivo-comportamental lançou as bases para definir a competência social. Caballo (1993) afirma que aprender habilidades sociais e reduzir obstáculos como ansiedade e pensamentos nega-

tivos são aspectos importantes na formação do indivíduo. A competência social é definida, segundo este autor, como:

O conjunto de comportamentos emitidos por um indivíduo em um contexto interpessoal, que expressa os sentimentos, atitudes, desejos, opiniões ou direitos daquele indivíduo de forma adequada à situação, respeitando esses comportamentos nos outros, e que geralmente resolve problemas imediatos da situação, minimizando a probabilidade de problemas futuros. (p.6).

A competência social envolve um componente afetivo-emocional que inclui apego, expressividade e autocontrole; um componente cognitivo que está relacionado ao conhecimento social, assumindo uma perspectiva e explicação das atribuições, bem como do raciocínio moral; e um terceiro componente, que é o comportamento propriamente social , que se refere às habilidades de comunicação verbal e não verbal, cooperação, suporte, participação e gestão de conflitos (Caballo, 1993).

Os comportamentos e estratégias envolvidos na competência social permitem que a pessoa se desenvolva em diferentes contextos individuais e interpessoais, que podem mudar de cultura para cultura. Portanto, eles só podem ser aprendidos por meio da integração e interação em contextos sociais (Caballo ; Mendo et al., 2016).

Nuns (2002) aponta que:

Agora é praticamente unânime que as habilidades sociais são adquiridas por meio de uma combinação do processo de desenvolvimento e aprendizagem. Nenhuma criança nasce amigável, tímida ou socialmente hábil. Ao longo da vida você aprende a ser de uma certa maneira. (p.31).

A psicologia cognitivo-comportamental dedicou décadas de pesquisas ao desenvolvimento de programas de intervenção para pessoas com déficits em habilidades sociais e transtornos de conduta associados. A adoção deste modelo representa uma série de vantagens, tais como: a concepção de programas sistemáticos por graus de dificuldade, a utilização de técnicas de ensino comprovadamente eficazes, o estabelecimento de objetivos de intervenção e critérios de realização, bem como a implementação de estratégias de avaliação para as diferentes áreas de desenvolvimento envolvidas na aprendizagem socioemocional.

Em uma sociedade como a nossa, em que os alunos passam, desde a mais tenra idade, várias horas de suas vidas na escola (tempo que está sendo ampliado, no Brasil, com a implantação da jornada de tempo integral e a obrigatoriedade do ingresso na escola aos quatro anos), cabe pensar no papel do ambiente escolar na promoção da saúde mental e física dos estudantes. Uma "escola suficientemente boa", com "professores suficientemente bons" (parafraseando Winnicott) é uma alternativa institucional para combater os revezes decorrentes de condições familiares e sociais marcadas por carências afetivas, alimentares, materiais, muitas vezes envolvidas em violências de diferentes tipos e graus. (ABED, 2014, p.112)

O processo de socialização dentro da família inclui o aprendizado de regras sociais, padrões emocionais e comportamentais, bem como formas de interação. Isso é feito por meio de estilos parentais ou padrões de interação familiar. A tipologia mais conhecida, originada na pesquisa de Baumrind (1966) , define quatro estilos: autoritário , quando os pais exigem obediência, impõem regras, não permitem o diálogo e recorrem à punição; permissivo , quando os pais são extremamente tolerantes; negligente , com pais que não estão cientes das necessidades de seus filhos, e democráticos ou autoritários, quando as famílias definem regras para atender às necessidades de todos os seus membros e estabelecem um sistema de comunicação familiar, com acordos e compromissos.

A pesquisa mostrou que os estilos autoritários, permissivos e negligentes estão associados a baixos níveis de desempenho acadêmico, bem como a problemas emocionais e psicossociais nas crianças. Embora um estilo parental democrático possa ter excelentes resultados educacionais nas crianças, porque as prepara para o diálogo, estarem conscientes de si mesmas e dos outros, e para desenvolver comportamentos pró-sociais. Estas últimas são definidas como ações que tendem a beneficiar os outros, e incluem comportamentos cooperativos e prestativos, acompanhados de sentimentos de afeto e empatia.

Outro agente de socialização são as mídias eletrônicas (televisão, rádio e internet), fontes de modelagem de comportamento, pensamento e emoções.

Entre os contextos de grande influência no desenvolvimento infantil de pré-escolares estão os jogos. Bruner (2003) explica que o brincar é útil para o desenvolvimento muscular e sensorial da criança, para o exercício da tomada de decisões e resolução de problemas e para a aquisição de habilidades linguísticas e cognitivas. A interação da criança com os seus pares, num contexto lúdico, traduz-se na aprendizagem de regras, cooperação e comportamentos sociais.

As crianças pré-escolares começam a compreender suas próprias emoções e as dos outros, aspectos que estabelecem as bases para que se autorregulem e evitem explosões de comportamento emocional, que podem alcançar quando aprendem a pensar nas repercussões de suas ações. Esse desen-

volvimento cognitivo e emocional está associado ao aparecimento de comportamentos pró-sociais que, por sua vez, impactam nos comentários positivos das pessoas ao seu redor, que melhoram o autoconceito da criança, promovendo sentimentos e emoções positivas. Em suma, por meio do aprendizado socioemocional é criado e reforçado um círculo virtuoso que promove o equilíbrio psicológico da criança.

Mas esse círculo, em vez de virtuoso, pode ser negativo. Isso ocorre quando, em vez de receber modelos pró-sociais, com feedback, reforço e valores positivos, a criança recebe modelos de agressividade ou pouca tolerância, é submetida a punições frequentes ou intensas, ou vive em ambientes onde as interações sociais positivas são escassas. Em tais situações a criança pode apresentar dificuldades socioemocionais, por não desenvolver a capacidade de colocar os problemas na perspectiva do raciocínio lógico e das relações de causa-efeito, o que implica incapacidade de encontrar soluções para resolver sentimentos, falta de raciocínio moral, surtos de raiva, bem como baixos níveis de autoestima e habilidades para se relacionar com os outros.

Em suma, situações familiares e ambientais adversas constituem fatores de risco - que são definidos como aqueles que acarretam o perigo de acontecer algo que ameace a integridade física ou psicológica de uma pessoa. Já as situações que promovem o desenvolvimento socioemocional da criança podem ser localizadas como fatores de proteção - aquelas que contribuem para reduzir a probabilidade de ocorrer um desajuste pessoal.

APRENDIZAGEM E AFETIVIDADE: DEFINDO CONCEITOS

As pessoas reagem emocionalmente ao seu próprio desempenho e ao dos outros, de formas diferentes de acordo com as características individuais de cada um.

Os processos afetivos se entrelaçam com aspectos de motivação e volição. Em situações educacionais, as crenças motivacionais dos alunos e os julgamentos de suas próprias capacidades influenciam suas intenções e planos. Assim, os alunos que se consideram "não bons em matemática" preferirão outras disciplinas e terão dificuldades nas aulas de matemática.

De acordo com Romanowski (2010):

A dinâmica da aula caracteriza-se pela interação do professor com os alunos, sendo mediada pelo seu conhecimento. Ensinar e aprender são processos direcionados para o mesmo objeto: o conhecimento, ambos envolvem a cognição e a relação entre sujeitos. (ROMANOWSKI, 2010, p. 53)

O professor de Ensino Fundamental deve ser um mediador e despertar o interesse do aluno, e o mesmo desenvolver reflexões e o senso crítico sobre questões que envolvam os cotidianos com as pessoas, principalmente nas fases iniciais, pois são crianças em formação de caráter entre outras características pessoais.

Para Nascimento e Pagel (2006), ampliação do ensino básico é um avanço social. Até então apenas as crianças de renda média e alta tinham acesso facilitado às salas de aula, o que trazia a desigualdade entre essas crianças e feria a nossa Constituição. Oferecer à criança de baixa renda a oportunidade de ser incluída no sistema educacional, já que a educação infantil pública não atendia a demanda desses alunos, não é apenas uma etapa obrigatória e sim direito da criança, opção da família e dever do Estado.

O número de matrículas vem aumentando gradativamente, assim, o ensino de nove anos é um avanço social no sentido de fazer com que a escola seja acessível a todo brasileiro, sem discriminação de posicionamentos sociais e econômicos, uma escola mais solidária que oportuniza todas as crianças, adolescentes e jovens o acesso a uma educação de qualidade.

A inclusão dessas crianças na escolaridade obrigatória resgata um direito de cidadania, uma vez que permite a uma parcela maior da população se beneficiar de um direito que antes era de poucos. Garantindo desta forma que todas as crianças que não têm acesso à educação básica possam exercer esse direito, assim como as que já estavam sendo atendidas na última etapa da Educação Infantil. (SAVELI, 2008, p. 37).

A meta dessas propostas educacionais é incluir o enorme número de pessoas que não tem acesso ao sistema educacional no Brasil por diferentes fatores, e fazer com que a escola seja democrática, acessível, acolhedora, justa, e que realmente forme cidadãos críticos, para que todos tenham o direito a um aprendizado digno, não só para seu meio de sobrevivência, mas para própria formação e inserção na plena cidadania.

O exercício do direito à educação, [...]. Exige condições materiais que o tornem realidade: a) que seja possível o acesso material a uma vaga na escola, garantia que compete ao Estado assegurar. Os Estados costumam aceitar o direito em suas legislações antes de prever as condições necessárias para exercê-lo; b) possibilidade de assistir regularmente às aulas e permanecer na escola durante a etapa considerada como obrigatória, sem obstáculos provenientes das condições de vida externas ou das práticas escolares internas que possam levar à exclusão ou à evasão escolar; [...] (GIMENO SACRISTAN, 2001, p.19).

As palavras de Gimeno Sacristan (2001) complementam o sentido que o legislador impõe a implantação do Ensino Fundamental de nove anos, responsabilizando o Estado para que crie as condições estruturais e pedagógicas a fim de que esse direito seja atendido plenamente.

Os professores normalmente não se consideram modelos, no entanto, inadvertidamente são. Os alunos passam muito tempo com o professor e, portanto, o professor se torna um modelo para eles. Isso pode ser um efeito positivo ou negativo, dependendo do professor. Os professores estão lá não apenas para ensinar as crianças, mas também para amar e cuidar delas. Os professores geralmente são altamente respeitados pelas pessoas da comunidade e, portanto, tornam-se um modelo para os alunos e os pais.

O papel dos professores hoje é consideravelmente diferente do que costumavam ser. Na escola com modelo tradicional de ensino, os professores recebiam um não participam da construção do currículo, recebem pronto específico para ensinar e o conteúdo a ser ensinado e um conjunto de instruções sobre como ensiná-lo, usando os mesmos métodos para todos os alunos. No mundo de hoje, nas escolas em que a concepção de criança, educação e currículo são progressistas, o papel de um do professor é articular conteúdo das áreas do conhecimento com as vivências dos alunos.

A moderna profissão de professor também se ocupa de assumir papéis mais amplos para promover a educação.

O papel do professor vem mudando dramaticamente nas últimas décadas, refletindo uma sala de aula mais centrada no aluno. Mudamos de um ponto de vista que enfatizava "como ensinamos" para um que agora se concentra em "como eles aprendem".

Hoje os professores organizam a ação pedagógica centrada no aluno com os objetivos de possibilitar que todos os alunos:

- Criem produtos significativos a partir das experiências vividas no espaço escolar;

- Ampliem suas vozes com confiança, cada um com seu estilo único e genuíno;

- Reflitam sobre o aprendizado e apliquem os novos conhecimentos e habilidades a novas situações;

- Façam uso de novas ferramentas para se comunicar de maneira convincente;

- Reflitam sobre seus aprendizados e experiências através da descoberta.

Essa mudança de perspectiva não significa que o papel do professor seja diminuido; na verdade, é exatamente o contrário.

Um dos aspectos mais difíceis de se tornar professor é aprender a motivar seus alunos. É também um dos mais importantes. Os alunos que não estão motivados não aprenderão efetivamente. Alguns apresentam dificuldades para reter informações, não participam efetivamente das aulas e alguns podem até se tornar perturbadores. Um aluno pode ser desmotivado por vários motivos: eles podem sentir que não têm interesse no assunto, achar as estratégias do professor pouco atraentes ou se distrair com forças externas. Pode até vir à luz que um aluno que parecia desmotivado realmente tem dificuldade em aprender e precisa de atenção especial.

Segundo Delors (2003):

A qualidade de ensino é determinada tanto ou mais pela formação contínua dos professores, do que pela sua formação inicial... A formação contínua não deve desenrolar-se, necessariamente, apenas no quadro do sistema educativo: um período de trabalho ou de estudo no setor econômico pode também ser proveitoso para aproximação do saber e do saber-fazer (DELORS, 2003, p. 160)

Freire, (1996) destaca que “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é a reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”.

Nossos professores precisam ser pensadores e aprendizes de ponta, designers instrucionais, defensores de crianças, ativistas, políticos e palestrantes motivacionais. Muitos têm essas qualidades naturalmente, mas os programas de formação de professores podem, ou devem ter como objetivo cultivá-las na próxima geração de educadores.

De acordo com Pereira (2011):

A docência, portanto, é uma atividade complexa porque a realidade na qual o professor atua é dinâmica, conflituosa, imprevisível e apresenta problemas singulares que, portanto, exigem soluções particulares. Exige mobilizações de saberes para o cumprimento do objetivo de educar que é: o desenvolvimento das diferentes capacidades – cognitivas, afetivas, físicas, éticas, estéticas, de inserção social e de relação interpessoal – dos educandos, que se efetiva pela construção de conhecimentos. (PEREIRA, 2011, p. 69)

Embora motivar os alunos possa ser uma tarefa difícil, as recompensas valem a pena. Os alunos motivados estão mais animados para aprender e participar. Simplificando: Dar uma aula cheia de alunos motivados é agradável para professores e alunos. Alguns alunos são automotivados, com um amor natural pelo aprendizado. Mas mesmo com os alunos que não têm esse impulso natural, um ótimo professor pode tornar o aprendizado divertido e inspirá-los a alcançar todo o seu potencial.

EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL

A abordagem desse assunto envolve o aprofundamento de alguns conceitos ou construtos que o cruzam; particularmente, regulação emocional, educação emocional, inteligência emocional e educação social.

Em referência à Escola, Costa e Faria afirmam que:

A escola, para garantir o seu papel, cada vez mais transdisciplinar e universal, deverá integrar um modelo de desenvolvimento do aluno mais amplo e holístico, não incidindo apenas no seu desenvolvimento cognitivo, mas também no seu desenvolvimento social e emocional (2013, p.412).

A primeira delas, a regulação emocional, que permite controlar impulsos e emoções, é a realização psicossocial mais relevante entre 2 e 6 anos de idade (Berger. 2016). Seu florescimento é complementado por outra aquisição importante que, segundo Berger, ocorre na segunda infância: o desenvolvimento da moralidade e seus respectivos valores. Essa fase também é crucial para o desenvolvimento da autoestima e do autoconceito, que lançarão as bases para a passagem pela adolescência, fase em que identidade, relacionamentos e emoções passam por crises de desenvolvimento que podem levar a complicações futuras, caso não pode ser percorrido corretamente.

Chegando à teoria da afetividade de Wallon, observa-se que a mesma privilegia o humanismo, no sentido geral, três pontos se destacam em suas propostas:

1- A ação da escola não se limita à instrução, mas se dirige à pessoa inteira e deve converter-se em um instrumento para seu desenvolvimento;

2- A eficácia da ação educativa se fundamenta no conhecimento da natureza da criança, de suas capacidades, necessidades, ou seja, no estudo psicológico da criança;

3- É no meio físico e social que a atividade infantil encontra as alternativas de sua realização; o saber escolar não pode se isolar desse meio, mas sim, nutrirse das possibilidades que ele oferece. (Henri Wallon-psicologia e educação (WALLON, 2003, p. 78)

Precisamente, o controle das emoções é uma parte normal do desenvolvimento psicossocial da criança, principalmente nos primeiros sete anos de vida. Na verdade, as crianças que não aprendem os limites do comportamento aceitável podem desenvolver problemas emocionais moderados ou graves, incluindo comportamentos anormais e transtornos de personalidade.

Outro aspecto que o professor precisa ficar alerta é que o conceito de meio inclui o meio cultural, o meio social, o meio interpessoal, e que o seu papel não é somente ser o mediador entre a cultura e o aluno, mas é o representante da cultura para o aluno" (MAHONEY e ALMEIDA, 2006, p.80).

Essas ideias permitem considerar a importância de educar a emocionalidade de cada criança, sendo necessário definir o que se entende por educação emocional. Sobre isso, podemos dizer grosso modo que é o que permite nortear o desenvolvimento evolutivo da criança e do adolescente de acordo com cada etapa. No entanto, aprofundando na literatura, descobrimos que Trianes Torres e García Correa (2002, p. 6), defendem que se trata de um

Processo educacional contínuo e permanente que visa potencializar o desenvolvimento emocional como complemento essencial ao desenvolvimento cognitivo, ambos constituindo os elementos essenciais para o desenvolvimento da personalidade integral.

A essas duas dimensões somam-se a social e a espiritual, que permitem ao aluno transcender-se, dar contribuições criativas e / ou enriquecedoras no contexto que o rodeia e conviver com os outros. Portanto, a finalidade da educação emocional, em conjunto com as demais dimensões educáveis da pessoa, é formar o aluno para os desafios do cotidiano de forma a aumentar o bem-estar pessoal e social, ajudando-o a se conhecer e a consolidar seu projeto de vida.

Enfim, a educação na dimensão social nasce do próprio ser relacional do homem, de sua tendência natural de se relacionar com as outras pessoas para desenvolver-se, satisfazer necessidades, enriquecer-se e enriquecer os outros; por ser um cidadão que precisa conviver com os outros em três áreas: consigo mesmo, com seus parentes, com outros cidadãos. A educação desta dimensão, portanto, visa desenvolver no homem essa tendência natural de conviver com os outros, de ser um cidadão reflexivo e dialógico (Barrio Maestre, 2016) capaz de modificar construtiva, criativa e verdadeiramente a sociedade de quem reside, buscando para seu próprio benefício e das pessoas com quem convivem.

A educação é, e sempre foi, a esperança de transformação e desenvolvimento do ser humano, ao ser exercida com liberdade favorecendo a solidariedade, o viver comunitário, com amor e respeito entre pessoas (REGO e ROCHA, 2009, 136).

Assim, chegamos ao momento de nos referirmos à educação socioemocional, que em síntese implica promover o desenvolvimento da dimensão emocional ou volitivo-afetiva e social do aluno. Dessa forma, na hora de levantá-lo, é importante não só estabelecer quais serão os objetivos, competências ou capacidades, os conteúdos e os recursos a serem desenvolvidos, mas, principalmente, qual o contexto a partir do qual será abordado e quais são os fatores que podem ou não

favorecê-lo.

Precisamente, em relação a "pensar" os conteúdos que podem ser abordados no processo de educação socioemocional, existem vários autores que nos últimos quinze anos têm descrito várias propostas. Entre eles, Rodríguez Fernández e Linares (2002) propõem os conteúdos que uma proposta educacional sobre o ensino da convivência deve incluir, entre os quais estão: adaptação às mudanças sociais, sociedade multicultural e contexto familiar; desenvolvimento de habilidades sociais e diferentes competências como diálogo, trabalho em equipe, flexibilidade e participação; coordenação entre professores, gestores; promover valores como tolerância, colaboração e responsabilidade, entre outros.

Lickona e Davidson (2003), por sua vez, argumentam que o conteúdo deve visar o desenvolvimento das virtudes, partindo do pressuposto de que "o conteúdo do bom caráter" é virtude. Já vemos em sua posição a introdução de forças de caráter ou virtudes que são necessárias no desenvolvimento socioemocional do aluno. É assim que propõe dez virtudes essenciais para promover um "bom caráter", que poderíamos chamar de socioemocional ou equilibrado: sabedoria, justiça, força, autocontrole, amor, atitude positiva, trabalho árduo, integridade, gratidão e humildade.

Echeita (2016) propõe um quadro de valores inclusivos que deve organizar a convivência e a forma de convivência: equidade, comunidade, direitos, participação, coragem, sustentabilidade, esperança, compaixão, alegria, não violência, respeito pela diversidade, amor, honestidade, sabedoria, confiança e beleza.

Em relação aos fatores que podem ou não favorecer a educação socioemocional, Bernard (2004) propõe alguns que tiveram grande influência na orientação prática do desenvolvimento juvenil, distinguindo entre fatores internos e externos. As primeiras referem-se às características pessoais do indivíduo que falam de sua capacidade de responder positivamente às demandas do meio e, as últimas, enfocam o meio ambiente como facilitador desses fatores internos, como o suporte afetivo, a comunidade, as demandas do meio ambiente.

Dentre os fatores externos podemos considerar o que foi apontado por Berkowitz (2018) sobre a importância de ter referências na formação do personagem em suas dimensões cognitivas, afetivo-motivacionais e comportamentais. Nesse sentido, ele afirma que por trás de cada força do nosso jeito de ser existe uma pessoa que confiou e esperou mais de nós, semeando uma motivação para nos aprimorarmos. Da mesma forma, afirma que a educação do caráter implica desenvolver uma forma de ser, e passamos a estar junto com os outros; Pais e professores são referências próximas, o espelho no qual as crianças e os jovens se olham, esperando encontrar neles as atitudes que deles se exigem. Daí a importância da construção de vínculos saudáveis tanto no ambiente familiar quanto no ambiente escolar.

Os fatores externos constituem, sem dúvida, um aspecto de grande importância na educação socioemocional e ao qual nos referimos: o contexto em que se dá o processo educativo. De fato, para uma aprendizagem positiva, o clima gerado a partir das relações interpessoais e os valores vivenciados por meio dos relacionamentos são relevantes. Desse modo, a escola e a família aparecem como atores fundamentais dessa educação; suas ações são fortalecidas e ampliadas se ambos buscarem os mesmos objetivos quanto ao desenvolvimento socioemocional dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As crianças tendem a se concentrar em si mesmas e no mundo ao seu redor. Eles estão trabalhando muito para aprender e descobrir como seu ambiente pode ajudá-los a aprender, desenvolver e imaginar. Eles estão focados em como podem dar sentido ao mundo ao seu redor e relacioná-lo com eles mesmos. À medida que as crianças crescem, espera-se que desenvolvam habilidades que lhes permitam interagir de forma mais ampla. Para fazer isso, as crianças em idade escolar devem sair de seu próprio mundo e levar em consideração as emoções, culturas e perspectivas de outras pessoas.

Portanto, percebe-se que o clima na sala de aula tem uma influência significativa na atitude do professor e dos alunos em relação ao ensino e à aprendizagem. Um clima de confiança e respeito mútuo favorece tanto o desenvolvimento dos alunos como a atividade docente. Alguns dos comportamentos específicos dos professores para a criação de um ambiente favorável à aprendizagem são: promover atitudes positivas dos alunos em relação ao tema a ser abordado, manter expectativas positivas em relação aos alunos apesar das possíveis dificuldades, oferecer apoio e incentivo aos que têm dificuldades, enfrentar com calma o possível os incômodos que podem surgir em sala de aula, transmitem preocupação pessoal com cada aluno e sua aprendizagem e promovem a confiança dos alunos entre si, entre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABED, Anita. O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da educação básica. São Paulo: UNESCO/MEC, 2014.

BERGER, K. Psicologia do desenvolvimento: infância e adolescência. Madrid: Médica Panamericana. 2016.

COSTA, Ana e FARIA, Luísa. Aprendizagem social e emocional: Reflexões sobre a teoria e a prática na escola portuguesa. Aná. Psicológica [online]. 2013, vol.31, n.4, pp. 407-424. ISSN 0870- 8231. Disponível em: http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aps/v31n4/v31n4a07.pdf. Acesso em 5 dez 2021.

DELORS, Jackues. Educação: um tesouro a descobrir. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. 1921-1997. Política e educação: ensaios/Paulo Freire. -5. Ed. Editora Afiliada - São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v.23).

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, Para quê?. 3ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MAHONEY, Abigail Alvarenga, ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. (org). Walon e a Educação. Edições Loyola, São Paulo, 2006.

NUNS, I. Programa de ensino de habilidades de interação social (pehis) para meninos e meninas em idade escolar. 2002.

PEREIRA, L. C. B.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (Orgs.) Sociedade e Estado em transformação. São Paulo: Unesp, 1999.

PERIOTTO, S. Manual da Pedagogia do Afeto e Pedagogia do Cidadão Ecumênico. São Paulo: Editora Elevação, 2009.

PIAGET, Jean. A epistemologia genética, São Paulo: editora Abril Cultural, 1978.

PIAGET, Jean. O nascimento da inteligência na criança, Rio de Janeiro: editora Zahar, 1982.

PIAGET, J., Lorenz, K. e Erikson, E. Jogo e desenvolvimento. Análise. 1982.

REGO, Claudia Carla de Azevedo Brunelli e ROCHA, Nívea Maria Fraga. Avaliando a educação emocional: subsídios para um repensar da sala de aula. 2009, vol.17, n.62, pp. 135-152. ISSN 0104-4036.

SACRISTAN, Jose Gimeno. La Educacion Obligatoria: su sentido educativo y social. Ediciones Morata: Madrid, 2001.

SAVELI, E. L. Ensino fundamental de nove anos: bases legais para sua implantação. In: Práxis Educativa, Ponta Grossa, n. 1, p. 67-72, 2008.

WALLON, Henri. Psicologia e Educação. Edições Loyola, São Paulo, 2003.

WINNICOTT, Donald. A criança e o seu mundo. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.